

MAIA, Bóris. *Virando Estado: subjetividade, conhecimento e poder em concursos públicos no Brasil*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Autografia, 2022. 254p.

Estado, aprendizado e subjetividade no “mundo dos concursos”¹

State, learning and subjectivity in the “world of public selection exams”

Leonardo Francisco de Azevedo

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O livro *Virando Estado: subjetividade, conhecimento e poder em concursos públicos no Brasil*, publicado em 2022, é resultado da tese de doutorado de Bóris Maia, que se dedicou a compreender o mundo dos concursos a partir de um trabalho de campo realizado em cursinhos preparatórios nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. Maia descortinou as diferentes dimensões contidas nesse processo de aprendizado ao qual muitas pessoas dedicam anos de suas vidas, apontando que, para além do aprendizado técnico do modo como de alcançar a aprovação em tais provas, há também um aprendizado incidental de proposições sobre o serviço público e sobre ser servidor público, denominado pelo autor de “sujeição burocrática”. Compreender melhor esse mundo, portanto, é também compreender a maneira como o Estado brasileiro historicamente se forma e se reproduz.

Palavras-chave: Concurso público, Sujeição burocrática, Estado brasileiro.

¹ Este estudo foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Processo SEI 260003/014841/2023, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Recebido em 16 de janeiro 2024.
Aceito em 26 de janeiro de 2024.



ABSTRACT

The book *Virando Estado: subjetividade, conhecimento e poder em concursos públicos no Brasil*, published in 2022, is the result of Bóris Maia's doctoral thesis. He sought to understand the world of public exams through fieldwork conducted in preparatory courses in the cities of Niteroi and Rio de Janeiro. Maia unveiled the various dimensions contained in this learning process, to which many people dedicate years of their lives. He points out that, in addition to the technical leaning of how to pass in such exams, students also incidentally learn propositions about public service and about being a public servant, which the author refers to as "bureaucratic subjection". Therefore, gaining a better understanding of this world is also understanding how the Brazilian State historically forms and reproduces itself.

Keywords: Public selection exam, Bureaucratic subjection, Brazilian State.

Muito já se produziu sobre o Estado de uma perspectiva antropológica. Longe de compreendê-lo como um todo coeso, estável e em oposição à sociedade, a antropologia tem mostrado como o Estado deve ser compreendido a partir de processos sociais, nos quais vai se fazendo constantemente a partir da ação de diferentes agentes, atores e instituições. Há, contudo, uma lacuna na compreensão do modo como determinado grupo de pessoas se tornam o "Estado", ou seja, se transformam em funcionários públicos e, conseqüentemente, dão corporeidade a esse ente responsável por organizar nossa vida coletiva. É para cobrir parte dessa ausência que o livro de Bóris Maia se anuncia.

A etnografia realizada por Maia no "mundo dos concurseiros" foi sua pesquisa de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2019, sob orientação de Ana Paula Miranda. O autor, ao buscar respostas para sua pergunta inicial de pesquisa – "o que os candidatos ao serviço público aprendem durante o processo de preparação para os concursos públicos?" (p. 31) –, tornou-se ele próprio um aluno de dois cursos preparatórios para a realização de um concurso para a "burocracia fiscal", chegando a realizar a referida prova. Ou seja, o antropólogo estava fortemente interessado nos processos e nas relações de aprendizado envolvidos nesse mundo, se dedicando, para tal, a também estudar e aprender o referido conteúdo. Para realizar o campo, inspirou-se em Michael Coy (1989), considerando o aprendizado tanto objeto como método de pesquisa, tendo em vista que seus interlocutores eram também aprendizes.

O livro manteve a estrutura do material apresentado e defendido à sua banca de doutorado:

quatro grandes capítulos com os resultados de sua pesquisa, além da introdução e da conclusão. O livro também conta com um valoroso prefácio de Antonio Carlos de Souza Lima. Pretendo, nesta resenha, após realizar uma breve apresentação geral do livro a partir de sua introdução, destacar alguns aspectos históricos e etnográficos apresentados nos quatro grandes capítulos da obra, para, por fim, me dedicar à sua definição de “sujeição burocrática”, compreendido como o modo em que seus interlocutores da pesquisa subjetivam a autoridade estatal em suas trajetórias.

Bóris Maia, ao propor uma abordagem antropológica da preparação para concursos no Brasil, se dedica a analisar práticas, processos e efeitos de estado² que se situam fora de instâncias estatais. Ou seja, o autor produz uma antropologia do estado a partir de um processo social que acontece, em linhas gerais, fora dele. Tal proposta fica evidente quando apresenta seu objetivo de justamente compreender quais são os conhecimentos alcançados pelos sujeitos para se consagrarem nos concursos e quais os efeitos dessa consagração social na construção da subjetividade destes agentes. Compreender, portanto, esse aprendizado e a forma como o conhecimento é transmitido é uma questão fundamental para também compreender as formas de se “fazer Estado” (Souza Lima, 2012).

Para pensar esse processo de aprendizado, o autor recorre à noção de “tradição de conhecimento”, de Fredrik Barth (2002), que a caracteriza por três diferentes dimensões: toda tradição de conhecimento possui um *corpus* de ideias e elaborações sobre aspectos do mundo; esse conjunto deve ser transmitido e distribuído por diferentes meios; essa transmissão se efetua através de relações sociais instituídas. A partir dessa elaboração, Maia denomina a tradição do conhecimento em que se baseia a preparação para os concursos públicos de “propedêutica”, que abarca tanto uma modalidade comum de distribuição social do conhecimento, como uma forma de aprendizado, que envolve também determinadas técnicas.

Em seu trabalho de campo, o autor se dedicou a acompanhar o processo de preparação para o concurso de “Fiscal de Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói”, edital lançado assim que ele começou a realizar o trabalho de campo da pesquisa. Matriculou-se então em dois cursos preparatórios, um em Niterói, em uma turma aberta especificamente para o concurso; e outro no Rio de Janeiro, em uma turma básica para concursos para a área fiscal. Antes, contudo, de avançar para os dados do campo, Maia apresenta em seu primeiro capítulo

2 E aqui cabe destacar a distinção que o autor faz entre usar Estado com letra maiúscula e minúscula, que tentarei manter no texto: “Vou usar o termo estado em minúsculo quando estiver me referindo conceitualmente a esse tipo de organização político-administrativa, e em maiúsculo (Estado) quando tratar de uma dessas organizações em particular (o Estado brasileiro)” (p. 23).

o processo de institucionalização do concurso público no país.

Os concursos públicos no Brasil se tornaram uma das principais estratégias do Estado-novo varguista para a defesa da construção de um Estado racional e moderno, combatendo as práticas de compadrio e patrimonialismo que vigoravam na República Velha. A partir da criação de um setor específico responsável por tal processo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), produziu-se o discurso da meritocracia como um organizador da composição da burocracia estatal brasileira, ou seja, através do concurso público, não seriam mais as relações pessoais ou políticas as organizadoras do Estado, e sim as qualidades individuais dos candidatos. Os concursos promovidos pelo Dasp se tornaram, em pouco tempo, muito disputados, promovendo o que ficou conhecido como uma “cultura do concurso” – tal modalidade de processo seletivo, por si só, se tornou um valor da administração pública brasileira. Inspirados sobretudo em modelos norte-americanos, os difíceis concursos promovidos pelo Dasp tinham a intenção de construir uma “pequena elite técnica” que, a partir da estabilidade do cargo e do mérito da seleção, comporiam uma racionalidade estatal menos afetada por aspectos políticos de composição e gestão do Estado.

Maia mobiliza Shore e Wright (1997) para pensar o concurso público enquanto uma “metáfora mobilizadora” da administração pública brasileira, na qual se produziu um discurso sobre seu princípio democrático, baseado no mérito e na igualdade de oportunidades: tentava-se produzir, a partir dos concursos públicos, a ideia de uma legitimidade governamental a partir de tais noções, em oposição a uma ideia de burocracia patrimonial. O antropólogo apresenta a maneira como as diferentes conjunturas políticas afetaram a oferta dos concursos públicos, destacando o papel da Constituição de 1988, marco para a obrigatoriedade do modelo de seleção para o acesso a cargos ou empregos públicos. A tradição propedêutica que constitui a preparação para os concursos públicos, contudo, aponta que o sucesso ou o fracasso em tais seleções depende sobremaneira da performance dos candidatos nas provas. Longe de conseguir de fato atestar a quantidade de conhecimento que os candidatos possuem, o modelo de seleção estabelecido e consolidado no país pressupõe que os candidatos tenham uma base propedêutica suficiente para transitar entre diferentes campos de conhecimento e serem aprovados nas provas. Apesar de todos os reveses que tal modelo sofreu nas décadas seguintes, Maia afirma que o “concurso daspiano” triunfou na administração pública brasileira, em que o discurso sobre o “mérito” justifica e organiza tal prática de seleção. A dificuldade de ser aprovado em tais exames, contudo, acabou por produzir um mundo social específico, em que diferentes instituições e agentes se organizam com vistas a “preparar” os candidatos para serem aprovados nessas seleções. É a essas instituições e esses agentes que o segundo capítulo do livro se dedica.

Os cursos preparatórios, os professores, as modalidades de ensino (presencial e à distância) e os candidatos compõem, segundo Maia, os atores sociais do mundo de preparação dos concursos. Além de descrever de forma breve as características principais de cada um deles, o autor aponta também os elementos que constroem as reputações, sobretudo as dos cursos e dos professores, bem como as das categorias mobilizadas nesse universo para definir os candidatos em preparação. O autor descreve o modo como os cursos preparatórios, correntemente chamados de “cursinhos”, se constituíram como instituições fundamentais nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos de 1990, e como a ampliação da quantidade e da diversidade de conteúdos exigidos nas diferentes seleções exigiu dessas escolas um alto grau de profissionalização, bem como a contratação de professores especializados a determinados temas ou matérias. Maia aponta três diferentes tipos de professores atuando no segmento: os professores especializados em concursos; os professores que acumulam a função docente com atuação como profissional liberal, como advogados, contadores e engenheiros; e os professores que são servidores públicos, conhecidos como “professores concurseiros”, isto é, a prática da docência é um resultado da performance dessas pessoas quando fizeram suas próprias seleções. Soma-se a esses profissionais um novo ator, cuja atuação é controversa e questionada em alguns aspectos: os *coaches*. Já os candidatos são frequentemente divididos em “concurseiros” e “concurсандos”. Se para os professores os alunos, em geral, são vistos como “concurseiros” – ou seja, pessoas que, se não se dedicam, deveriam se dedicar integralmente à preparação para a missão de se tornar funcionário público, diferentemente do aluno iniciante, que geralmente não persiste no projeto –, para os estudantes desses cursos a categoria “concurseira” era repelida como uma forma de autodefinição. Preferiam se identificar como candidatos ou concurсандos, pois, para muitos deles, “concurseiros” seriam aqueles que estudam para vários concursos ao mesmo tempo, sobretudo para os de menor prestígio, diferente de quem pretendia fazer concursos mais prestigiados, como auditor-fiscal, promotor ou juiz. Há aqui, portanto, uma questão de classe que produz a distinção entre essas duas categorias.

Se no segundo capítulo Maia descreve em detalhes a organização social do mundo preparatório para concursos públicos, no terceiro ele se dedica a compreender a maneira como o conhecimento de concurso é transmitido e codificado nesse tipo de seleção. As provas são baseadas em questões de múltipla escolha, compreendidas como o melhor modelo para se garantir a imparcialidade, a impessoalidade e a uniformização do processo, logo mais bem enquadradas no “sistema de mérito e [da] racionalização do estado” (p. 148). Há, contudo, diferenças significativas nesse modelo. Enquanto nos concursos voltados para cargos menos prestigiados, como os de nível médio, as questões são elaboradas de uma forma que se exige

que o candidato normalmente apenas “memorize” bem o conteúdo, com provas formadas por “questões literais”, em concursos para posições de maior prestígio, com maiores salários e para nível superior, é mais comum o uso de “questões interpretativas”, em que apenas a memorização do conteúdo não é suficiente para solucioná-las, exigindo a interpretação enquanto recurso cognitivo dos candidatos – “a exigência da memorização nas provas é inversamente proporcional ao nível e prestígio dos concursos” (p. 164).

Por fim, no quarto e último capítulo, Maia se dedica a pensar sobre os “aprendizados de concurso”, cujo processo de preparação promoveria dois tipos distintos. O primeiro seria o aprendizado técnico (e de técnicas) para o desempenho nos concursos, ou seja, um conhecimento de caráter prático, intencional e não linguístico, pois se aprende uma destreza para fazer a prova. Já o segundo seria uma consequência das relações de aprendizado estabelecidas nas aulas – o aprendizado de proposições sobre o serviço público e sobre como é ser servidor público, conhecimento aprendido de forma incidental. Para definir esse segundo aspecto, o autor elabora o conceito de “sujeição burocrática”. No processo de preparação para as provas, uma série de representações sobre a vida de um servidor público é mobilizada por professores, *coaches* e colegas de classe, e tornam-se elementos compartilhados por aqueles atores. O autor elaborou três esquemas³ que pôde observar em seu trabalho de campo e que compõem essas representações: o primeiro é que o trabalho que ocuparão, após serem aprovados, será capaz de produzir distinção social e permitir um maior desfrute da vida – ou seja, estarão muito melhor do que a maioria da população brasileira, com estabilidade, um bom salário e trabalhando pouco; o segundo refere-se ao conhecimento que deverão ter no trabalho, que aprenderão na prática, ou seja, o que estão aprendendo para fazer o concurso será de pouca serventia depois de aprovados; e, por fim, o esquema da oposição à “política” e aos “políticos” – enquanto os servidores públicos concursados ocupariam o estado por mérito e merecimento, os políticos o fazem por interesses espúrios e corruptos. Nesse processo, esses candidatos passam a incorporar um novo *self*, se reconhecendo como destinados a ocupar uma posição de elite do estado. Já a compreensão de que cabe a um servidor público trabalhar e prestar serviços à sociedade e ao bem coletivo está ausente do processo de formação do *ethos* dos candidatos a tais cargos.

Bóris Maia produziu, através de sua pesquisa, uma valiosa contribuição às produções das ciências sociais brasileiras sobre o estado. Diferentemente de interpretações generalistas,

3 Inspirado na teoria do esquema (schema theory), originalmente da psicologia cognitiva e apropriado por antropólogos “que atuam no subcampo disciplinar da Antropologia Cognitiva para repensar fenômenos culturais”. (p. 218). Esquema é aqui compreendido como “uma versão genérica de aspectos do mundo resultante de sucessivas experiências similares dos sujeitos” (p. 219). A ênfase está tanto na generalização produzida, quanto no processo de aprendizado envolvido durante a experiência.

normativas ou idealistas, Maia demonstrou como ao longo dos vários séculos de formação do Estado brasileiro, pouco mudou os grupos sociais que o ocupam, sobretudo nas posições de maior prestígio. Além disso, pouco também mudou a forma como tais grupos compreendem o Estado – apesar de se oporem a qualquer relação patrimonialista, como os “políticos” fazem, se acham merecedores de benefícios e *status* garantidos através da aprovação nessas disputadas seleções. Mudanças recentes no cenário dos concursos no Brasil, contudo, como a criação em 2023, por parte do Governo Federal, do Concurso Público Nacional Unificado⁴, podem talvez produzir impactos nesse modelo de aprendizado e consequentemente nesse processo de “sujeição burocrática” que esses sujeitos experienciam e posteriormente reproduzem, ao ocuparem a parte que lhes cabe nesse nosso Estado tão injusto e desigual. Tal mudança realça ainda mais a relevância e importância do livro aqui resenhado.

REFERÊNCIAS

1. BARTH, Fredrik. An anthropology of knowledge. **Current Anthropology**, Chicago, v. 43, n. 1, p. 1-18, 2002.
2. COY, Michael. Being what we pretend to be: the usefulness of apprenticeship as a field method. *In*: COY, Michael (org.). **Apprenticeship: from theory to method and back again**. New York: Suny Press, 1989. p. 115-135.
3. SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. Policy: a new field of anthropology. *In*: SHORE, Cris; WRIGHT, Susan (org.). **Anthropology of policy: perspectives on governance and power**. London: Routledge, 1997. p. 3-30
4. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: o estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43923856>. Acesso em: 29 jan. 2024

Leonardo Francisco de Azevedo

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5348-8084>. E-mail: leonardoazevedof@gmail.com

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional>. Acesso em: 21 dez. 2023.